



“O Brasil precisa de um choque de gestão”

Candidato a vice-presidente pelo Novo diz acreditar que, no decorrer da campanha, ex-governador será conhecido para além de Minas e conquistará eleitores

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O candidato a vice-presidente na chapa de Romeu Zema (Novo), senador Eduardo Girão (Novo-CE), defendeu, ontem, a candidatura do ex-governador de Minas Gerais como uma alternativa à polarização política que marca, atualmente, a vida nacional. Em entrevista ao *Podcast do Correio*, Girão afirmou que a união da experiência dele, no Legislativo, e de Zema, no Executivo, será um dos principais diferenciais da campanha.

Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Danandra Rocha, o senador afirmou que a atuação de Zema em Minas e sua própria trajetória no Senado são marcadas pela defesa de princípios como coerência, integridade e coragem. Para Girão, a chapa pretende se diferenciar pelo enfrentamento ao que considera estruturas de poder consolidadas no país.

“Tanto Romeu Zema em Minas Gerais quanto eu no Senado Federal temos mantido essa postura de enfrentar os poderosos de plantão que estão aí, os “intocáveis”, especialmente no Supremo Tribunal Federal. Eu acho que o Brasil precisa ser passado a limpo novamente”, afirmou.

Para Girão, o Brasil necessita de um “choque de gestão e de um governo emergencial”, e Zema está preparado para enfrentar um país “quebrado”. “O diferencial do Zema é a sua experiência comprovada em gestão. Ele enfrentou uma situação caótica em Minas Gerais e entregou resultados”, disse.

O senador citou a carreira do presidenciável na iniciativa privada e defendeu a privatização. “O Zema apresenta propostas realistas e executáveis. Ele não é um político de carreira: enquanto outros passaram a vida inteira em cargos públicos, ele veio da iniciativa privada para resolver problemas práticos e resolver”.

Girão entende que, para que a candidatura de Zema cresça, a gestão dele em Minas Gerais precisa ser conhecida nacionalmente. Para ele, apenas na reta final das eleições que o eleitorado brasileiro tomará a decisão. “O eleitor brasileiro é como o cliente de um restaurante: não escolhe o prato com meses de antecedência, pega o cardápio na hora de pedir. É agora que o brasileiro está despertando para as eleições”, avalia.

Nordeste

Para o senador, Zema é capaz de conquistar o eleitor nordestino, historicamente conhecido pelo petismo. De acordo com Girão, o presidenciável representaria valores e princípios que, segundo ele, são

Ed Alves/CB/D.A Press



O candidato Eduardo Girão conversou com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Danandra Rocha



O eleitor brasileiro é como o cliente de um restaurante: não escolhe o prato com meses de antecedência, pega o cardápio na hora de pedir. É agora que o brasileiro está despertando para as eleições”

Eduardo Girão (Novo-CE), Senador

compartilhados por parte do eleitorado da região, como a defesa da família, da vida e da ética.

“O brasileiro é conservador e, principalmente no Nordeste, há uma forte exigência ética. A maior crise que vivemos, hoje, não é política ou econômica, embora esta última bata à nossa porta; é uma crise moral sem precedentes. E o Zema tem demonstrado muita firmeza diante disso”, comentou.

Girão afirmou, ainda, que a campanha pretende ampliar a presença de Zema fora de Minas Gerais. Ele contou que levou o candidato ao Ceará recentemente, onde, afirmou, ele foi “super bem recebido” no Mercado São Sebastião. Para o senador, mais do que tornar o nome de Zema conhecido, será necessário

apresentar aos eleitores os resultados atribuídos à gestão do ex-governador mineiro.

Durante o podcast, o senador também foi questionado sobre a ausência de Zema no primeiro debate presidencial, realizado pela TV Band, no domingo. Ele argumentou que a atitude foi uma “decisão amadurecida”, baseada também na falta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerado o principal adversário de Zema pela legenda.

Segundo Girão, a decisão teria sido estratégica e relacionada à participação de Zema em uma sabatina de uma hora em outro veículo de comunicação. Ele afirmou que o candidato deverá participar dos próximos debates.

“O país não suporta mais quatro anos de PT. Temos exposto claramente esses pontos, que inclusive culminarão na indicação de quatro ministros ao STF nos próximos anos. Zema tem a experiência de ter recebido um estado arrasado pelo PT em Minas Gerais e ter conseguido reerguê-lo. A ausência de Lula enfraquece o debate, e considero um desrespeito ele estar em outra emissora no mesmo horário fazendo um jogo de cartas marcadas”, afirmou.

A relação com o eleitorado conservador também foi abordada. Girão afirmou que a chapa pretende se apresentar como uma alternativa ao bolsonarismo e rejeitou a ideia de que o eleitor de direita tenha apenas duas opções. “Existe vida inteligente fora dos dois aqui”, afirmou, ao dizer que Zema pretende disputar esse eleitorado com base na trajetória política dos dois candidatos.

O senador classificou Zema e a si próprio como “de direita” e “conservadores”, mas criticou partidos que, segundo ele, se apresentam dessa maneira enquanto mantêm integrantes no governo Lula. Para Girão, essa postura contrasta com o discurso da chapa do Novo, que pretende se apresentar como uma alternativa independente dos grupos políticos tradicionais.

Escala 6x1

Na área econômica, Girão defendeu a necessidade de responsabilidade no debate sobre o fim da escala 6x1. Dizendo-se favorável à discussão do tema, ele afirmou que é necessário ouvir trabalhadores, empregadores e a sociedade antes de uma mudança. “Eu defendo debate, sempre defendi”, declarou, sem, no entanto, posicionar-se sobre o mérito.

O senador defendeu a ampliação das escolas cívico-militares e afirmou que Zema pretende retomar essa alternativa para as famílias que desejarem esse modelo. Girão citou uma experiência no Ceará e afirmou que levou Zema para conhecer uma escola cívico-militar no município de Maracanaú. Segundo ele, a unidade teria fila de espera de 800 estudantes.

“Nós estamos rodando, ele está mais concentrado Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, e eu pelo Brasil, a gente está se alternando né, e a gente está conseguindo mostrar e eu acho que isso as pesquisas vão mostrar daqui pra frente”, afirmou.

*** Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

Zema titubeia em sabatina na Globo

» ARMANDO HOLANDA

O ex-governador de Minas Gerais e candidato à Presidência da República, Romeu Zema (Novo), titubeou ao responder sobre a situação fiscal do estado que governou, durante sabatina, ontem, da TV Globo. Ao ser questionado sobre o endividamento do estado e a relação da dívida com a União, o presidenciável tentou defender sua gestão, mas atribuiu o crescimento do passivo aos juros cobrados pelo governo federal, que comparou às taxas praticadas por “agiotas”.

Zema afirmou que a dívida mineira foi herdada de governos anteriores e sustentou que, durante seus dois mandatos, não contraiu novos empréstimos relevantes. Segundo ele, o endividamento, embora tenha aumentado em valores absolutos, teria diminuído em relação ao tamanho da economia estadual.

“A dívida de Minas foi toda feita no passado. Não fiz um empréstimo. Essa dívida foi herdada dos

anos 1990, e cresceu muito devido aos juros de agiota do governo federal”, afirmou.

Na tentativa de justificar a situação das contas públicas, Zema citou pagamentos realizados durante sua gestão. “Eu paguei R\$ 23 bilhões para aposentados que não recebiam aposentadoria, paguei R\$ 13 bilhões para o governo federal, funcionários públicos, e hoje a dívida representa muito menos para a economia de Minas do que quando eu assumi”, disse.

Zema também defendeu a política de privatizações adotada em Minas Gerais e afirmou que pretende levar a mesma lógica para empresas públicas brasileiras. Entre os exemplos citados está a Copasa, companhia estadual de saneamento. Para o candidato, empresas estatais estariam “subaproveitadas” e poderiam ter maior eficiência sob controle privado.

Na área econômica, o ex-governador ainda prometeu recomposição anual dos salários em meio à discussão sobre sua postura durante a pandemia e sobre políticas públicas de saúde.

integralmente o salário recebido durante os oito anos à frente do governo mineiro.

Apesar de ter sido questionado sobre temas econômicos e fiscais, Zema concentrou parte significativa de suas respostas em críticas ao Judiciário e ao Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente ao tratar dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O candidato afirmou discordar das condenações dos envolvidos e defendeu anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os outros condenados.

“Eu darei anistia, ou pelo menos, no mínimo, um tribunal que não seja político. Que seja judicial. O que vimos no Brasil foi perseguição. O crime de sujar o monumento foi adiante. Deterioração, tudo bem. Deve-se punir pelo vandalismo”, afirmou.

Zema também voltou a se posicionar sobre a vacinação contra a covid-19 e disse ser favorável à imunização. O tema apareceu em meio à discussão sobre sua postura durante a pandemia e sobre políticas públicas de saúde.

Ao ser questionado sobre a Operação Rejeito, que investigou um esquema de fraudes em licenças ambientais e exploração ilegal de minério de ferro em Minas Gerais, o ex-governador negou ter conhecimento dos desvios durante sua administração. Zema afirmou que a Controladoria-Geral do estado, subordinada ao governo, já investigava o caso e defendeu a punição dos envolvidos.

“Fica aqui o meu repúdio a esses bandidos que, além de estarem recebendo dinheiro, estavam destruindo o meio ambiente. A Controladoria-Geral do Estado, subordinada a mim, já estava investigando. Quero que tudo seja apurado e esses bandidos mofem na prisão”, disse.

O candidato acrescentou que irregularidades podem ocorrer em estruturas públicas. “Num estado com 300 mil funcionários, sempre está sujeito a surgir algumas frutas podres. E lembrando que tomei todas as medidas. Não quero que nada seja encoberto, ninguém seja protegido, como às vezes acontece em Brasília”, afirmou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Quando a Câmara censura a história e resgata o passado colaboracionista

Há uma ironia inquietante na decisão da Câmara dos Deputados de impedir que uma obra acadêmica utilize a expressão “ditadura militar” para caracterizar o regime instaurado em 1964. A Casa, que teve 173 deputados e oito senadores cassados, foi fechada três vezes pelos generais, mesmo tendo legitimado o golpe militar de 1964. Ao suavizar a linguagem empregada para caracterizar o regime militar, não apenas contraria a pesquisa histórica: renega a própria memória.

A contradição emerge em decorrência da coletânea Independências do Brasil, organizada por historiadores vinculados à Associação Nacional de História, à revista Almanack e à Sociedade de Estudos do Oitocentos. Cerca de 50 autores assinaram cessões de direitos, e o livro já estava revisado e diagramado quando uma comissão especial responsável pelas comemorações dos 200 anos do Congresso Nacional e o Conselho Editorial da Câmara passou a exigir alterações. Presidido pelo deputado Lafayette de Andrada (PL-MG) — tinha que ser um bolsonarista — o colegiado recomendou substituir “ditadura militar” por “regime militar” ou “governo militar” em pelo menos 13 passagens.

Também propôs alterações em referências à tortura, aos direitos indígenas, ao marco temporal, à Guerra do Paraguai, ao Haiti e até ao samba-enredo da Mangueira de 2019. Como os autores recusaram mudanças que adulteravam suas interpretações, em defesa do rigor acadêmico e da liberdade de expressão, a Câmara informou que a obra não será publicada, o que representa um endosso da Mesa da Casa à censura instaurada e uma agressão ao estado democrático de direito.

Não se trata de simples preferência vocabular. “Governo militar” informa quem exercia o poder. “Ditadura” identifica a natureza de um regime que suprimiu direitos políticos, censurou a imprensa, perseguiu opositores, tolerou prisões, sequestros, torturas, assassinatos e “desaparecimentos”. Subjugou as instituições representativas. Substituir uma expressão pela outra, não esclarece, mascara a violência brutal e mais inominável da política de segurança do regime. E revela obscurantismo e falta de compromisso da Câmara com a Constituição que seus integrantes juraram defender.

A história brasileira oferece exemplos suficientes de obscurantismo e submissão do Parlamento. Em 1823, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte na chamada Noite da Agonia e, no ano seguinte, outorgou uma Constituição com o Poder Moderador. Em 1891, Deodoro da Fonseca fechou o Congresso. Getúlio Vargas dissolveu o Legislativo em 1930 e voltou a fazê-lo em 1937, ao instaurar a ditadura do Estado Novo. O Congresso permaneceu sem funcionar até janeiro de 1946.

O fechamento foi acompanhado pela suspensão das garantias constitucionais, pela censura e pela concentração de poderes no Executivo. A alegação de que as instituições representativas atrapalhavam o governo serviu para justificar o arbítrio. Nos seus anais, a própria Câmara registra que o Parlamento brasileiro foi fechado ou dissolvido repetidamente e reconhece, expressamente, que durante a “ditadura militar” isso ocorreu em três ocasiões.

Tolice

Em outubro de 1966, Castello Branco decretou o recesso do Congresso. Em dezembro de 1968, Costa e Silva editou o AI-5 e fechou o Legislativo, depois que a Câmara recusou autorização para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Em abril de 1977, Ernesto Geisel repetiu a medida para impor mudanças políticas e eleitorais. O Pacote de Abril alterou as regras da representação parlamentar e criou os chamados senadores biônicos, escolhidos indiretamente.

Não foram meros acidentes de percurso. O regimes admitia a existência do Congresso desde que ele não ameaçasse a autoridade dos generais. Mas a relação do Parlamento com a ditadura não se resumiu à condição de vítima. Houve resistência, mas também muito colaboracionismo, cuja recidiva estamos vendo agora. Na madrugada de 1º para 2 de abril de 1964, o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, embora João Goulart estivesse em território nacional, no Rio Grande do Sul. A manobra ofereceu uma aparência de legalidade à deposição de um presidente constitucional.

Nas décadas seguintes, maiorias parlamentares chancelaram eleições indiretas, aceitaram cassações, aprovaram mudanças constitucionais ditadas pelo Executivo e ajudaram a preservar a fachada institucional do regime. A ditadura não dispensou o Parlamento: procurou enquadrá-lo, utilizá-lo e, quando necessário, silenciá-lo. Em 2013, o próprio Congresso anulou simbolicamente a sessão que declarou a vacância da Presidência em 1964.

Ao corrigir aquela decisão, reconheceu que João Goulart fora deposto ilegalmente. A maior reparação foi reconhecer a participação parlamentar na ruptura democrática. Antes disso, em 2012, a Câmara devolveu simbolicamente os mandatos de 173 deputados cassados entre 1964 e 1977. Na mesma ocasião, inaugurou uma exposição e lançou um livro intitulado Parlamento Mutilado: Deputados Federais Cassados pela Ditadura de 1964, publicado justamente pela Edições Câmara.

A contradição da Câmara salta aos olhos: o vocabulário que antes permitiu reconhecer a violência cometida contra a instituição tornou-se inconveniente para seus atuais dirigentes. É revelador que a censura alcance indígenas, escravidão, Haiti e cultura popular. O objetivo é higienizar a narrativa oficial, o “apagamento” de conflitos, violências e personagens que desafiaram preferências ideológicas da atual maioria parlamentar. Como diria Homero, o futuro dirá a verdade do que foi feito: “até o homem tolo aprende depois que o evento já aconteceu” (*Iliada*, Canto XVII).